

IRREALISMO DE PRESSUPOSTOS

Leonidas Hegenberg

I.T.A. — S. José dos Campos

A questão do “irrealismo de pressupostos” ganhou certa evidência quando vários economistas debateram um artigo de Friedman a respeito da “metodologia da Economia positiva”. O assunto chegou a ser objeto de tese na FVG (Rio) e de alguns comentários específicos na Universidade Federal de Pernambuco (Recife). Em vista de seu caráter polêmico, o assunto merece alguns comentários adicionais.

A fim de melhor apreciar o “irrealismo de pressupostos”, cabe pensar em termos afirmativos, cogitando de “realismo dos pressupostos”. Em que sentido um pressuposto (da Economia ou de qualquer outra disciplina) receberia o qualificativo de “realista”? Várias opções se apresentam e a cada qual delas daremos alguma atenção.

1 — “REALISMO = REPRODUÇÃO DA REALIDADE”

Em primeiro lugar, talvez pareça cabível dizer que um pressuposto é realista quando “reproduz fielmente a realidade”.

Essa afirmação, depois de melhor exame, se mostra insustentável. O papel da ciência não é o de **reproduzir** a realidade, mas o de descrevê-lo. Não podemos esperar que os enunciados científicos nos tragam as mesmas experiências (sensações, reações, respostas) que poderiam advir de contato com o descrito. Em célebre “boutade”, Einstein asseverou que “uma descrição da sopa não é a sopa” — e aí aparece, de modo claro, a diferença entre “reproduzir” a realidade e falar dela.

É possível que a Arte procure despertar em nós as reações que o objeto “reproduzido” (numa tela, num mármore, etc.) nos traria. Mas a Ciência não procura o mesmo. Sua função é a de “gerar” enunciados descritivos, colocando-os em uma “rede” de afirmações que, em grau maior ou menor, visam à sistematização do saber a respeito das coisas descritas. A Ciência não procura despertar em nós os sentimentos que afloram numa discussão de diretores de empresa, nem as angústias de um neurótico; descreve o que se passa na reunião ou o que se percebe do

comportamento individual, tentando obter generalizações aplicáveis em casos similares — que, assim, ficam “imersos” em leis e, pois, melhor compreendidos.

É claro que um pouco de meditação e de sorte, associadas ao emprego “sensato” das informações científicas, talvez nos facilite a tarefa de degustar a sopa einsteiniana, de “sentir” as angústias do neurótico ou de “avaliar” as dúvidas dos diretores de empresa. Mas dizer que os enunciados científicos (a respeito de algo) sejam “irrealistas” e, pois, “defeituosos”, porque não têm o sabor da sopa é, no mínimo, um grave mal-entendido.

A primeira opção, por conseguinte, deve ser abandonada.

2 — “REALISMO = DESCRIÇÃO COMPLETA”

Em segundo lugar, talvez coubesse imaginar que um pressuposto é realista quando “descreve completamente a realidade”.

Novo mal-entendido. Nenhuma descrição é “completa”. Qualquer descrição dá realce a alguns aspectos da coisa observada, ignorando outros. A realidade é “muito rica” para que estejamos em condições de “descrevê-la completamente”. O cientista não se pode dar ao luxo de agir como, digamos, um Marcel Proust, que emprega dúzias de páginas para descrever uma sala ou uma flor. Em qualquer descrição de caráter científico há “pormenores” sem interesse (de acordo com o objetivo colimado). Um historiador, p. ex., ao relatar de que maneira Henrique VIII instituiu o divórcio na Inglaterra, a fim de separar-se de Catarina e unir-se a Ana Bolena, poderá perfeitamente deixar de lado considerações a respeito do clima daquele país, das concomitantes descobertas da América e do Brasil, dos crimes cometidos na época ou da situação econômica da Índia. A sistematização dos conhecimentos a respeito da implantação do divórcio e da criação da Igreja da Inglaterra dispensa comentários relativos a variados aspectos da “realidade”. Alguns desses aspectos, a bem da precisão, poderão ser acrescentados posteriormente ao relato original. Mesmo que a precisão requeira sucessivos acréscimos, jamais se poderá ambicionar a “completude” — mera fantasia desnecessária.

A descrição da realidade é, invariavelmente, “parcial” — em duplo sentido. Porque fatalmente “elimina” muitos aspectos e porque envolve uma “seleção” de itens julgados relevantes, na qual se apresenta certa “parcialidade” (“tendenciosidade”) do relator.

Conseqüentemente, o realismo não se confunde com descrição completa.

3 – “REALISMO = AUSÊNCIA DE ILLATA OU TIPOS IDEAIS”

Em terceiro lugar, um pressuposto realista poderia ser visto como o que se atém ao real e não envolve coisas imaginárias — isto é, “illata” (entidades inferidas) ou “tipos ideais”.

Vejamos, porém, um pouco mais minuciosamente, o que poderia significar “ater-se ao real”.

O ser humano, ajustando-se (intelectualmente) ao contorno, enfrenta, de início, as coisas usuais — que está em condições de segurar, mover e, preferivelmente, levar à boca. Essas coisas constituem a “primeira realidade” do Homem. Muito cedo, porém, essa realidade se amplia, “para cima”, a fim de abranger coisas que não movemos nem tocamos (as montanhas e a Lua) e “para baixo”, a fim de abarcar coisas mal divisadas (os grãos de areia, os micróbios e as células). E se amplia em outra direção, a fim de englobar, digamos, líquidos e gases.

Em seguida, no entanto, a realidade sofre nova ampliação: dá-se como “real” qualquer item capaz de exercer influências de ordem causal sobre as coisas *prima facie* reais (ou seja, coisas materiais de tamanho ordinário). Foi assim que o vírus ganhou realidade (provoca a raiva nos cães) e foi assim que o átomo ingressou no rol das realidades (destrói cidades: Hiroxima!). Nesse ponto, deixamos o nível “primário” das coisas concretas e falamos de itens não acessíveis aos órgãos dos sentidos. O discurso da Ciência é invadido por numerosos termos que nada, a rigor, descrevem e que só têm sentido nas teorias de que participam. Entre esses termos estão, digamos, ‘libido’, ‘ego’, ‘gás ideal’, ‘spin do electron’, ‘competição perfeita’, ‘sociedade capitalista’.

Como termo designativo, ‘competição perfeita’, p. ex., não alude a uma entidade real. Como enunciado não-analítico, porém, adquire um papel importante no discurso da Ciência: atuando mais ou menos como definição, indica as condições necessárias e suficientes para que ocorra uma determinada situação. Ganha, assim, especial destaque, pois simplifica, de maneira apreciável, muitas explicações e previsões que a Ciência almeja poder oferecer.

Se ‘competição perfeita’ não tem, na Economia, o mesmo êxito que ‘gás ideal’ teve na Física, isso se deve apenas à falta de generalizações amplas em que subsumir aquele termo. O papel metodológico de ‘competição perfeita’ é o de simplificar explicações (e previsões). Consegue-se uma tal simplificação quando o termo é “imerso” em teorias amplas, de largo “poder explicativo”. O que faltam, pois, são essas teorias amplas, em que o termo possa desempenhar seu papel. Cedo ou tarde, no

entanto, como cabe esperar, as teorias surgirão — permitindo que os termos “abstratos” (ou “teóricos”) desempenhem suas funções explicativas.

Não tem sentido exigir que a Ciência abandone os “illata” para ater-se, exclusivamente, aos “concreta”. Um pressuposto não deixará de ser “realista” pelo simples fato de envolver entidades inferidas ou tipos ideais — já que estes são indispensáveis para a coerência do discurso científico.

Assim, o “realismo” não se equipara à ausência de tipos ideais.

4 — “REALISMO = OBJETIVIDADE”

Proseguindo, poder-se-ia imaginar que um pressuposto é realista na medida em que “objetivo”, isto é, “preso aos fatos observados”.

A aceitabilidade dessa sugestão depende de como se encare a “observação” e o “observável”. Refletindo um pouco, será fácil notar que ninguém observa, simplesmente, mas, em verdade, “aprende a observar”. A observação jamais se reduz a um percepto isolado; ao contrário, é misto de sensações, lembranças e expectativas. Dessa mistura “brota”, por assim dizer, um “datum” (plural **data**) — que não se compara a uma dádiva, posta diante dos olhos, mas a um “construto”, extremamente elaborado, nascido de intenso trabalho mental. Esse trabalho, aliás, se realiza com o propósito de “ajustar” várias informações até que se coadunem entre si e, de outra parte, se coadunem com toda uma coleção de informações previamente acolhidas.

Um menino que penetre num laboratório de Química, vê, naturalmente, o que se põe diante de seus olhos — afinal, não é cego. Mas **não vê** o que ali o especialista está em condições de ver — “é cego” para aquilo que o especialista “vê”.

A fim de poder contornar uma tal “cegueira”, o menino precisará aprender Química. Contemplando uma lâmina, ao microscópio, “vemos” manchas e formas. Para dar-lhes “conteúdo”, será preciso que nos “ensinem a ver” — um corpo de Golgi, um tecido epitelial, uma espécie de vírus. Uma tela impressionista se assemelha a uma fotografia da superfície de Saturno e também se assemelha a uma fotografia de certos tecidos estriados. Para “saber o que vemos”, muitas lembranças e muitas expectativas se colocam ao lado do percepto, dando-lhe “configuração” na medida em que o posicionamos em contextos apropriados. Em suma, não se observa: aprende-se a ver, a degustar, a ouvir, a usar o olfato e o tacto. Os órgãos dos sentidos, na observação, acham-se irremediavelmente acoplados a toda uma atividade mental.

Talvez ninguém "veja" uma sociedade aberta ou uma economia capitalista. Para vê-la é preciso mais do que manter abertos os olhos: é preciso estudar Economia! Os "objetos" que alcançamos são, a bem dizer, os que procuramos ver e os que se põem "claros" em nossos espíritos. Sem o trabalho da razão, o objeto observado não passa de um "isso" destituído de identidade. Não há, pois, "realismo" ou "atenção aos fatos" se isso quiser dizer mera "presença de objetos, reais, concretos, observáveis, contemplados enquanto se modificam ou fazem parte de processos". Os objetos que participam dos "fatos" contemplados pela Economia vão muito além do "imediatismo" das sensações e percepções.

5 – "REALISMO – AUSÊNCIA DE HIPÓTESES FALSAS"

Em quinto lugar, talvez fosse aceitável a idéia de associar o pressuposto realista à ausência de hipóteses duvidosas ou falsas.

Não vale a pena explorar mais demoradamente a sugestão. Nenhuma hipótese é "verdadeira", ou "certa". Hipóteses científicas são simples conjecturas – que a experiência corroborará ou refutará, na dependência do que vier a ser avocado como evidência para elas. Certezas, não as temos. O que podemos almejar é coerência (racionalidade) e **alguma** certeza – já que nem todas as hipóteses que formulamos hão-de ser simultaneamente falsas.

A ciência, em termos analógicos, é um prédio em que devemos morar. Para erigir o prédio ou para consertá-lo, necessitamos de andaimes e de ferramentas – os fatos. Não podemos deixar o prédio e precisamos repará-lo enquanto nele vivemos. Também não podemos dispensar os andaimes nem as ferramentas, caso desejemos tornar o prédio habitável e confortável. Nem por isso, contudo, deixamos de fazer "tentativas": "Talvez esta cor seja preferível, talvez uma escada aqui ou uma porta acolá simplifiquem nossa movimentação pelos cômodos e andares". Algumas tentativas "dão certo" – satisfazem certas necessidades. Outras "falham" – obrigam a novos reparos. "Dar certo" e "falhar" se sucedem, até que o sistema de crenças, retratado nos enunciados científicos, se torne suficientemente apropriado para que nos ajustemos ao contorno e permita "domínio" da paisagem, ou da circunstância. Como esse "ajuste" é instável, pois cada necessidade gera novos problemas e estes, resolvidos, geram outras necessidades, nosso prédio jamais termina. Vamos vivendo, mesmo que isso represente adesão a hipóteses provisórias, sujeitas a constantes revisões. Não há, em Ciência, hipóteses "definitivamente verdadeiras". Muitas são duvidosas e muitas, após mais meticulosa análise, se revelam

falsas. Assim, pedir que os pressupostos sejam verdadeiros é pedir demais — em Economia ou em qualquer outro campo de estudos.

Vimos, então, que o “realismo” dos pressupostos não se equipara a uma pretensa “reprodução da realidade”; não pode ser comparado a uma “descrição completa” das condições vigentes; jamais equivaleria à “ausência de illata”; não se coaduna com a “objetividade”, pelo menos enquanto restrita ao “fato observável”; e não se compatibiliza muito bem com a “consideração exclusiva de hipóteses verdadeiras”.

Assim, em que pé ficamos? Algumas sugestões acima têm um “grão de verdade”. Uma afirmação, em Economia ou em qualquer outro campo de estudo, é “realista” na medida em que procure “descrever satisfatoriamente os fatos”, “considere hipótese sucessivamente mais adequadas”, à luz de alguma teoria compatível com os fatos descritos, e mantenha a “objetividade”. Todavia, a palavra ‘objetividade’ precisa ser, nesse contexto, devidamente interpretada.

Ao lado de um dos significados principais de ‘objetividade’, ou seja.

1. qualidade de objetivo; existência real, que nos conduz a ‘objetivo’ no sentido de

1.1 que diz respeito ao objeto; que se refere ao mundo exterior, há outro, igualmente relevante:

2. tendência de julgar pelos fatos, sem deixar-se influenciar pelos sentimentos, prevenções ou predileções, que leva a ‘objetivo’ no sentido de

2.1 que expõe, investiga ou critica as coisas sem procurar relacioná-las a sentimentos pessoais.

É nessa segunda acepção que o termo ‘objetividade’ precisa ser levado em conta. Um pressuposto é realista na medida em que passível de justificação, independentemente de idiosincrasias pessoais.

Um enunciado científico é “realista” quando nasce de acordo intersubjetivo (transpessoal) de especialistas no tema em foco. É “realista” na medida em que “imerso” em teorias de amplo poder explicativo e preditivo. É “realista” enquanto sujeito à crítica — feita, naturalmente, por quem “saiba ver” o que esse pressuposto afirme, tenha “aprendido a examinar” o que abranja e esteja em condições de perceber seu alcance, inse- rindo-o em teorias apropriadas.

“Irrealista”, ao contrário, será o pressuposto defendido apenas em bases pessoais. A ciência não se compatibiliza com o que ocorre em esferas pessoais: ultrapassa tais esferas e alcança a intersubjetividade — e

por meio de permanente crítica. Somente a crítica (ininterrupta, à luz de teorias) nos "diz" o que "está aí", o que "é real".

REFERÊNCIAS

O artigo de Milton Friedman, a que se alude no início deste comentário é "The methodology of positive Economics", parte de seu livro **Essays in positive Economics**, Chicago, The University Press, 1953. Acha-se em nosso idioma nas Edições Multiplic, v. 1, nº 3, de 1981. A tese de Valdir R. Melo, defendida em 5 de junho de 1985, na FGV, tem por título "O irrealismo dos pressupostos em Economia". No Recife, Enoque G. Cavalcante discute o assunto pelo menos desde 1983, em um ensaio intitulado "Friedman's approach to positive Economics", cuja divulgação, por ora, se limitou ao âmbito da Faculdade de Economia da UFP.

As anotações a respeito de realismo em termos de "reprodução da realidade" devem-se, basicamente, a R. Rudner, em seu **Philosophy of Social Science**, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966. Sobre as "ampliações do real", ver, em especial, K. Popper, e J. C. Eccles, **The Self and its Brain**, Berlin, Springer, 1977, sec. 4. A respeito da observação muito se tem dito; ver, p. ex., N. R. Hanson, **Patterns of Discovery**, Cambridge, The University Press, 1958 e W. V. O. Quine, **Word and Object**, New York, Wiley, 1960. Em torno de 'objetividade' as idéias têm sido meio confusas (e esparsas). Ver, porém, K. Popper, **The Logic of Scientific Discovery**, New York, Basic Books, 1959, sec. 8.